

**ATA DA ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE YALLAH BRAZIL LTDA NO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 014/2023.**

Aos 09 (nove) dias do mês de agosto de 2023 (dois mil e vinte e três), na sala de reunião do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pedrinópolis-MG, na Praça São Sebastião, nº 112, Bairro Centro, CEP. 38.178-000, o Pregoeiro vem fazer a análise e julgamento do recurso interposto pela empresa participante do certame YALLAH BRAZIL LTDA em face da habilitação da licitante PNEUS PEDRINÓPOLIS LTDA. O objeto do certame é o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PNEUS, EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINÓPOLIS-MG, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO EDITAL. O recurso foi enviado para as licitantes recorridas que não apresentaram contrarrazões. **DA TEMPESTIVIDADE.** O recurso foi protocolado no prazo legal sendo patente a tempestividade. **ALEGAÇÕES DA RECORRENTE.** Alega a Recorrente em apertada síntese que (i) a licitante PNEUS PEDRINÓPOLIS LTDA não apresentou várias documentações previstas nas seguintes cláusulas do edital: A) 9.2.10 PARA COMPROVAR QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: 9.2.11 Declaração de que o produto ofertado pela empresa atende as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, e de que possui condições de apresentar, quando requisitado pela Administração, documento comprobatório de que atende estas exigências. B) 9.2.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor; - (A apresentada pelo fornecedor está vencida há mais de 01 (um) ano). 9.2.4 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor; (A apresentada pelo fornecedor venceu em 25.10.2022) D) 9.2.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor; (A apresentada pelo fornecedor venceu em 27.07.2022) E) 9.2.9 Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP); (ii) A Empresa Pneus Pedrinópolis Ltda não cumpriu a cláusula 10 do Edital – Do Encaminhamento da Proposta Vencedora, deixando de enviar proposta final no prazo estipulado pelo Pregoeiro; (iii) Em síntese, e sem mais delongas, resta evidente o equívoco quanto à habilitação da empresa Pneus Pedrinópolis Ltda., em consonância com os princípios da moralidade e da vinculação ao instrumento convocatório. Sendo assim, requer que as Razões Recursais sejam analisadas e que a empresa Pneus Pedrinópolis Ltda. seja inabilitada no presente processo. O recurso é próprio, tempestivo e contém os demais requisitos de admissibilidade, devendo ser conhecido, mas no mérito deve ser negado provimento, pelos seguintes motivos: Quanto ao documento previsto no item 9.2.11. Declaração de que o produto ofertado pela empresa atende as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, e de que possui condições de apresentar, quando requisitado pela Administração, documento comprobatório de que atende estas exigências de fato a licitante PNEUS PEDRINÓPOLIS LTDA não apresentou tal documento. Porém, a licitante PNEUS PEDRINÓPOLIS LTDA venceu o certame com a marca GOODYEAR a mesma marca apresentada pela Recorrente, sendo que esta apresentou ainda alguns itens com a marca PIRELLI. A Recorrente apresentou a declaração Declaração de que o produto ofertado pela empresa atende as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas bem como que possui condições de apresentar, quando requisitado pela Administração. Ora, se os pneus da marca GOODYEAR atendem a exigência da ABNT conforme declarado pela própria Recorrente, seria excesso de formalismo inabilitar a empresa PNEUS PEDRINÓPOLIS LTDA por não apresentar tal declaração. Quanto ao documento previsto no item B) 9.2.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, a empresa PNEUS PEDRINÓPOLIS LTDA apresentou o documento com data de emissão em 14/07/2023 às 00:05:44 com validade de 02/07/2023 a 31/07/2023. Quanto ao documento previsto no item 9.2.4 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, a empresa PNEUS PEDRINÓPOLIS LTDA apresentou o documento com data de emissão em 14/07/2023 às 00:03:51 com validade até 10/01/2024. Quanto ao documento previsto no item D) 9.2.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, a empresa PNEUS PEDRINÓPOLIS LTDA apresentou o documento com data de emissão em 14/07/2023 com validade de 12/10/2023. Quanto ao documento previsto no item E) 9.2.9 Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), de fato a empresa PNEUS PEDRINÓPOLIS LTDA não apresentou o documento, porém, nos termos do item 3.4. do Edital assinalou no campo próprio do Sistema Licitanet site onde foi realizado o pregão, a Declaração de ME/EPP participando do certame e usufruindo do tratamento favorecido



previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006. O próprio Sistema Licitanet emitiu a declaração de ME e EPP. Ademais, a PNEUS PEDRINÓPOLIS LTDA apresentou a declaração de ME e EPP prevista no próprio edital em questão no Anexo IV, conforme previsto no item 2.1.15.2: 9.2.15.2 Declaração do Anexo IV - Conforme modelo de declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso; A empresa PNEUS PEDRINÓPOLIS LTDA assinou via sistema licitanet a proposta final não sendo verídico que descumpriu a cláusula 10 do Edital. Acatar as alegações da Recorrente seria um excesso de formalismo não tolerado pela legislação e jurisprudência brasileira. Sobre a licitação, leciona o doutrinador HELY LOPES MEIRELLES (in "Direito Administrativo Brasileiro", 13ª ed., RT Ed., São Paulo: 1.987): *"Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. Conquanto não seja uniforme, a doutrina é acorde na acentuação dos traços essenciais e das finalidades da licitação, tal como o fizemos."* (p. 225) Assim, não há que se perder de vista que o objetivo da licitação é propiciar que o maior número de licitantes participem do processo de seleção, facilitando a escolha da proposta mais vantajosa para administração, assim como também, há de se ponderar que algumas exigências são inerentes à própria segurança do seu objeto, como por exemplo, a comprovação de capacidade técnica, financeira e outras do mesmo nível. Dessa forma, é evidente que se caracteriza como procedimento formal, no entanto, a existência de formalidades e a observância ao princípio da vinculação ao edital não podem importar na imposição de formalismos exacerbados, já que o procedimento não se constitui em um fim em si mesmo, ao contrário, tem por escopo selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, mas, ao mesmo tempo, busca propiciar a todos os interessados igual oportunidade de contratar com o Poder Público. A propósito, leciona Hely Lopes Meirelles: (...) *o princípio do procedimento formal é o que impõe a vinculação da licitação às prescrições legais que a regem em todos os seus atos e fases. Essas prescrições decorrem não só da lei, mas também, do regulamento, do caderno de obrigações e até do próprio edital ou convite, que complementa as normas superiores, tendo em vista a licitação a que se refere (Lei nº 8.666/93, art. 4º). Procedimento formal, entretanto, não se confunde com "formalismo" que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes. A regra é a dominante nos processos judiciais: não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes - 'pas de nullité sans grief', como dizem os franceses.* (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 23ª ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 1990. p. 238. Isto posto, o Edital do pregão em comento deve ser interpretado à luz de seu principal objetivo, preservando o interesse público, mas de forma que as exigências não apresentem exacerbado formalismo, restringindo a concorrência. Ressalte-se que a empresa PNEUS PEDRINÓPOLIS LTDA foi inicialmente vencedora da melhor proposta para vários itens e se for inabilitada quem vencerá no seu lugar na ordem de classificação é a Recorrente o que irá trazer um prejuízo para o Município de Pedrinópolis da ordem de R\$ 144.403,76 (cento e quarenta e quatro mil, quatrocentos e três reais e setenta e seis centavos), com infringência aos princípios da economicidade, da proposta mais vantajosa, da probidade administrativa, do julgamento objetivo, da finalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade, do justo preço e comparação objetiva das propostas. A jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, não destoia do entendimento supramencionado, conforme se infere dos seguintes julgados APELAÇÃO CÍVEL - ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - PREGÃO - EMPRESA PEQUENO PORTE - EDITAL - EXIGÊNCIA - HABILITAÇÃO - BALANÇO PATRIMONIAL - RAZOABILIDADE. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. I - A existência de formalidades e a observância ao princípio da vinculação ao edital no procedimento licitatório não podem importar na imposição de formalismos exacerbados, já que o procedimento não se constitui um fim em si mesmo, ao contrário, tem por escopo selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, mas, ao mesmo tempo, busca propiciar a todos os interessados igual oportunidade de contratar com o Poder Público. II - É requisito para habilitação de licitante, dentre outros, a comprovação de qualificação econômico-financeira da empresa, a qual pode ser demonstrada pela apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, relativo ao último exercício social previsto na lei de licitações. III - Configura excesso de formalismo a inabilitação da licitante cuja proposta foi a mais vantajosa para Administração em razão da apresentação 'incompleta' do balanço patrimonial, pois a ausência do 'termo de abertura' não é suficiente para macular o conteúdo do documento, devidamente chancelado pela Junta Comercial, autenticado no Cartório do 3º Ofício, assinado por contador e ratificado pelo sócio-gerente. (TJMG - Apelação Cível 1.0317.09.116126-3/001, Rel. Des. Bitencourt Marcondes, 8ª Câmara Cível, julgamento em 28/10/2010, DJE 01/12/2010). Na realidade, acatar o recurso com a inabilitação da empresa PNEUS PEDRINÓPOLIS LTDA estar-se-ia indo de encontro ao princípio da proporcionalidade, já que não se apresenta adequado inabilitar a recorrente que, embora tenha apresentado a proposta mais vantajosa, não acostou documento "completo", cuja exigência supera aquela inserta no artigo 30 da Lei nº 8.666/93. Nesse sentido, vale transcrever os comentários de Marçal Justen Filho: *"Não se pretende negar que a isonomia é valor essencial, norteador da licitação. Mas é necessário,*



assegurando tratamento idêntico e equivalente a todos os licitantes, possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa. Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o "princípio da isonomia" imporia tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo. Aplicando-se o princípio da proporcionalidade, poderia cogitar-se até mesmo de correção de defeitos secundários nas propostas dos licitantes". (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed. São Paulo: Ed. Dialética, 2005. p. 43). Ora, o princípio do formalismo, como todo princípio, não pode ser interpretado de maneira absoluta, principalmente porque existem outros princípios informadores do sistema que, aparentemente, mostram-se antinômicos entre si. No caso da licitação, vários princípios a informam, tais como o da igualdade, legalidade, competitividade, impessoalidade, vinculação do edital, julgamento objetivo, e adjudicação compulsória, etc. Tais princípios têm por objetivo permitir à Administração a escolha da melhor proposta e a igualdade dos licitantes. Daí por que, os princípios informadores podem ser relativizados, para que seja atendida a finalidade da licitação, que se faz através de uma interpretação sistemática, onde se hierarquiza as normas de modo a evitar que um princípio se imponha à custa da supressão de outro princípio, ou até mesmo contrarie o sistema cujos princípios são seus alicerces. No caso dos autos, o Edital da licitação também previu, explicitamente, a possibilidade de serem afastadas exigências puramente formais que não ofendam a Lei ou comprometam a lisura do procedimento, além de diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo, vejamos os itens: 21.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação; 21.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação; 21.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público; 21.15 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93. **CONCLUSÃO.** Por todo o exposto, salvo melhor entendimento, opinamos pelo recebimento e conhecimento do recurso interposto pela Recorrente YALLAH BRAZIL LTDA, mas, que no mérito seja negado provimento mantendo-se a decisão do Pregoeiro que habilitou no certame a empresa PNEUS PEDRINÓPOLIS LTDA. Encaminhamos este entendimento à Autoridade Superior, para decisão final. Nada mais havendo a ser tratado, dou encerrada a presente sessão, lavrado a presente Ata que lida e achada conforme vai abaixo assinado.



**GIOVANE ANTONIO DA CUNHA ALVES**  
Pregoeiro